

## CRIME – PSICOPATIA, SOCIOPATIA E PERSONALIDADE ANTI-SOCIAL

Laura M. Nunes

Doutoranda em Ciências Sociais - Psicologia  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP  
lnunes@ufp.edu.pt

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO: NUNES, Laura M. - Crime - psicopatia, sociopatia e personalidade anti-social. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 (2009) 152-161.

**RESUMO**

O artigo centra-se na ligação entre a prática criminosa e a presença de psicopatologia, nomeadamente, de Psicopatia. O trabalho apresenta uma breve revisão da literatura a respeito do conceito de Psicopatia, da sua evolução ao longo do tempo e de como a perturbação foi sendo diferentemente definida, sob grelhas de leitura que, focando díspares aspectos, acabam por apenas revelar alguns dos múltiplos factores implicados. Sugere-se a adopção de visões mais integradoras, que foquem factores individuais, sociais, desenvolvimentais, e respectivas interacções.

**PALAVRAS-CHAVE**

Crime; psicopatologia; personalidade psicopática; comportamento anti-social.

**ABSTRACT**

This article is about the link between criminal practices and the presence of psychopathology, specifically, Psychopathy. The work presents a brief literature review about the Psychopathy concept, its evolution across the time, and how the disorder was differently defined, under different points of view, and focalising different factors. We suggest the adoption of more integrative visions, which focuses on individual, social, and developmental aspects, and their interactions.

**KEYWORDS**

Crime; psychopathology; psychopathic personality; antisocial behaviour.

## 1. INTRODUÇÃO

A prática de delito é, não raras vezes, associada à presença de psicopatologia, nomeadamente, à Esquizofrenia (Hogdins, 2006) e à Psicopatia (Roesch, 2006; Rotgers e Maniacci, 2005). Neste artigo, o que se pretende é apresentar uma revisão teórica do conceito de Psicopatia, também designada por Sociopatia ou por Perturbação Anti-social da Personalidade, tendo em consideração a forma como o constructo foi evoluindo ao longo do tempo, enquanto psicopatologia muito frequentemente associada à prática criminosa.

Efectivamente, a associação entre o comportamento criminoso e a presença de psicopatologia ocorre nalguns casos em que, como é o caso da Esquizofrenia, a doença mental contribui claramente para a execução de crimes (Hogdins, 2006). A conduta criminosa pode, também, estar associada a uma perturbação da personalidade que age como força impulsionadora da prática do crime. No caso da Psicopatia, a presença de uma sensação de grandiosidade e de elevada impulsividade podem subsidiar a execução de actos criminosos (Johnstone e Cooke, 2006; Hart e Hare, 1997; Prins, 1980). De facto, a Psicopatia associa-se ao risco de execução de crimes sendo, ombreada pela Esquizofrenia, um dos diagnósticos mais frequentes entre indivíduos avaliados em termos de Psiquiatria Forense (Nedopil, Hollweg, Hartmann e Jaser, 1998). Por outro lado, a presença de psicopatologia nos pais pode, também, concorrer para o desenvolvimento de comportamentos delituosos. Além da depressão, da toxicodependência e da psicose, também a Psicopatia nos pais pode relacionar-se com o comportamento anti-social nos filhos. De facto, verifica-se uma dupla influência da presença de psicopatologia nos pais sobre os respectivos filhos, designadamente ao nível da anti-socialidade, em que se evidencia uma continuidade de comportamentos anti-sociais dentro de cada geração e, também, entre gerações sucessivas. Contudo, essa influência será mediada por outros factores (Smith & Farrington, 2004). Sendo verdade que a psicopatologia dos pais pode constituir um indicador de possível doença psiquiátrica nos filhos, não é menos correcto que a existência de doença mental nos pais contribuirá para a instalação de perturbações psicossociais na família, as quais, por sua vez, influenciarão negativamente o desenvolvimento dos filhos, potenciando a emergência de comportamentos anti-sociais naqueles últimos (Johnstone e Cooke, 2002). Neste caso, deve considerar-se um impacte menos directo e linear da psicopatologia dos progenitores sobre os seus descendentes. É também de salientar que a Psicopatia não se reduz a um mero “constructo criminológico”, sendo antes uma grave perturbação mental (Hart e Hare, 1997) à qual, não raras vezes, se juntam outras perturbações da personalidade (Wigiger e Corbitt, 1997), num quadro evolutivo que pode ter começado numa infância em que já se vislumbravam sinais de alerta (Lahey e Loeber, 1997). Acrescente-se a necessidade de atender aos factores associados ao processo de socialização, considerando-se certos elementos que poderão potenciar a emergência de um funcionamento anti-social (Hirschi, 2002), bem como os múltiplos aspectos de cariz social, presentes em várias explicações para os comportamentos delituosos (Lykken, 2007; Sutherland, Cressey e Luckenbill, 1992). Assim, tudo parece indicar que a perturbação mental, nomeadamente a Psicopatia, terá ligação ao crime, muito embora atravessada por múltiplos factores.

## 2. PSICOPATIA: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO

O termo “Psicopatia” deriva do grego e significa “psiquicamente doente”, tendo sido usado no século XIX para denominar, genericamente, toda a doença mental. Desde então, a definição de Psicopatia tem-se revelado pouco consensual, tanto em termos clínicos, como no

âmbito forense. Na verdade, o termo difundiu-se no início do século XX (Cordeiro, 2003), enquadrando um registo comportamental já anteriormente descrito e mencionado por diferentes estudiosos.

Já em 1809, Pinel referiu a perturbação a que chamou “mania sem delírio”, a propósito de um caso de manifesta impulsividade e de condutas problemáticas. Esquirol designou o distúrbio por “monomania” e, em 1857, Morel referiu essa categoria de comportamentos, designando-a por “loucura dos degenerados”. No início do século XX, Magnan alargou a ideia de degeneração, introduzindo a de “desequilíbrio mental”, que caracterizou por uma ausência de harmonia entre os díspares centros nervosos (Schine, 2000). Terá sido na Escola Alemã de Psiquiatria que se usou o termo “Psicopatia”, para designar um conjunto de características associadas a comportamentos difíceis de explicar (Pratt, 1997). Nomeadamente, o primeiro a referir o termo foi Koch, no século XIX (Hervé, 2006; Lykken, 1995), embora também se considere ter sido Schneider a definir a “personalidade psicopática” e a referir diferentes tipos de personalidades anómalas (Gonçalves, 2008). Já em 1915, Krapelin referira a “personalidade psicopática” para nomear o funcionamento amoral ou imoral, subjacente à prática de determinados comportamentos criminosos (Lykken, 1995). Em 1930, Partridge desenvolveu uma laboriosa revisão da literatura, achando por bem designar essa anomalia por “personalidade psicopática” (Lykken, 2007). Mas já em 1923 Schneider chamara Psicopatia à perturbação da personalidade cujo início teria origem, geralmente, na infância ou na adolescência (Hare, Cooke e Hart, 1999). Inspirado nos trabalhos de Koch e de Krapelin, Schneider apresentou uma tipologia para a personalidade psicopática, baseada nas características primárias que constituem a base do desenvolvimento de um tal padrão de funcionamento (Hervé, 2006) e definiu a Psicopatia como uma anomalia causadora de sofrimento ao indivíduo e às pessoas em seu torno (Bratus, 1990). Durante as décadas seguintes, a perigosidade e a persistente violação das leis foram sendo frequentemente associadas à Psicopatia, entretanto também apelidada por Sociopatia (Lykken, 2007). Na publicação do primeiro manual de diagnóstico e estatística de doenças mentais, o DSM-I, em 1952, foi utilizado o termo “Sociopatia” para denominar a perturbação (Gonçalves, 2008). Mais tarde, com a publicação do DSM-III (American Psychiatric Association, 1980), passou a adoptar-se a designação de Distúrbio da Personalidade Anti-social. De acordo com a versão mais actual do referido manual, DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2002), a Perturbação Anti-social da Personalidade pode também designar-se por Psicopatia, Sociopatia ou Perturbação Dissocial da Personalidade.

### 3. O QUE É A PSICOPATIA

Recorde-se que Schneider apontou a “personalidade psicopática” como um funcionamento anómalo e causador de sofrimento, ao próprio e aos restantes, com presença de uma mórbida perversão de sentimentos, de afectos, de inclinações temperamentais, de hábitos, de disposições morais e impulsos, e sem qualquer desordem ao nível intelectual, com ausência de qualquer quadro de ilusão ou de alucinação (Gunn, 2003). Contudo, existem diversas definições de Psicopatia, que variam em função da legislação de cada país e das diferentes “tradições científicas” (Gonçalves, 1999).

Assim, a Psicopatia pode considerar-se uma constelação de características aos níveis emocional, interpessoal e comportamental, conducente a um modo de funcionamento patológico, que pode resumir-se numa desordem emocional que potencia o risco para a emergência de comportamentos extremamente anti-sociais (Blair, Mitchell e Blair, 2005).

Geralmente, os indivíduos com Psicopatia demonstram uma ausência de ansiedade ou de depressão, o que parece contradizer o seu próprio discurso, no qual é frequente a manifestação de preocupações somáticas e, não raras vezes, a ameaça de suicídio, sem presença de qualquer quadro delirante (Kaplan, Sadock e Grebb, 2003). A manifestação de comportamento anti-social constitui uma das características fundamentais da Psicopatia, embora nem sempre se verifique a prática criminosa (Iria e Barbosa, 2008). De um outro ponto de vista, a Psicopatia é identificada como uma perturbação caracterizada pela presença de um padrão comportamental que encerra a manifestação de “menosprezo e violação” dos direitos das outras pessoas, que se inicia na infância ou na adolescência, tendo continuidade na vida adulta. O diagnóstico de Perturbação Anti-social da Personalidade exige uma idade mínima de 18 anos, a par da presença de, pelo menos, três dos critérios seguintes: incapacidade de conformação às normas sociais no que respeita aos comportamentos legais; falsidade; impulsividade ou incapacidade de planeamento antecipado; irritabilidade e agressividade; desrespeito “temerário” pela própria segurança e pela dos demais; persistente irresponsabilidade; ausência de remorso (American Psychiatric Association, 2002). Contudo, outras características têm sido atribuídas ao funcionamento psicopático. Designadamente, a total ausência de afectos; a incapacidade de expressão de sentimentos; o estilo de vida assente no caos; o visível desconhecimento do que possa ser relevante na vida do outro; a clara tendência, maior do que a verificada na população geral, para revelar ausência de ansiedade, de culpa e de tensão emocional (Prins, 1980).

Saliente-se que também Cleckley contribuiu muito para o conhecimento da Psicopatia quando, em 1941, apresentou uma grelha interpretativa da perturbação, assente em 16 critérios de identificação e diagnóstico, entre os quais se encontram características como charme superficial, ausência de ansiedade, sentido de independência, desonestidade, egocentrismo, fracasso no estabelecimento de relações íntimas, fracasso na aprendizagem através da punição, pobreza de emoções, incapacidade de percepção do impacto do próprio comportamento sobre os demais e fracasso no planeamento da acção. Com base nas características apontadas por Cleckley e apoiado nas suas observações clínicas, Hare desenvolveu a “checklist” original, em 1980, tendo em vista a identificação da Psicopatia (Blair, Mitchell e Blair, 2005). Assim, a perturbação caracterizava-se, essencialmente, pelos seguintes aspectos: loquacidade/encanto superficial; egocentrismo/auto-avaliação grandiosa; necessidade de estimulação/tendência para o aborrecimento; mentira patológica; directividade/manipulação; falta de remorsos e de sentimentos de culpa; escassa profundidade de afectos; insensibilidade/falta de empatia; estilo de vida parasitário; ausência de controlo comportamental; comportamento sexual promíscuo; precocidade de problemas do comportamento; falta de metas realistas a longo prazo; impulsividade; irresponsabilidade; incapacidade de aceitação de responsabilidades pelos próprios actos; variadas relações maritais breves; delinquência juvenil; revogação de liberdade condicional; versatilidade criminal (Hare, 1985; Hare e Newmann, 2007). Trata-se de uma lista de características que convergem com a Psicopatia como estrutura possuidora de três facetas inter-ligadas e apontadas por Johnstone e Cooke (2006). As referidas facetas compreendem um estilo arrogante e falso, um défice ao nível da vida afectiva, assim como um registo comportamental impulsivo e irresponsável. A escala, entretanto construída por Hare e inicialmente constituída por 22 itens, foi posteriormente revista e passou a constar de 20 itens, correspondentes às características listadas pelo autor (Hare, 1985; Hare e Newmann, 2007). Em ambas as versões do instrumento, a Psicopatia foi apontada como sendo constituída por dois factores em correlação: um factor descritivo da constelação de sintomas de carácter clínico e, um segundo factor, relacionado com as condutas indicadoras de um estilo de vida anti-social. As revisões mais recentes

da escala têm procurado alargar os factores implicados no constructo de Psicopatia, que passou a incluir três factores definidores: o estilo interpessoal arrogante e dissimulado; a deficiente “experienciação” de afectos; e a presença de impulsividade e de irresponsabilidade nos comportamentos do indivíduo (Gonçalves, 1999; 2008).

Também Jessness criou um inventário multi-dimensional especificamente orientado para delinquentes, que se centra na avaliação das escalas seguintes (Born, 2005): desadaptação social, referente a um processo de socialização mais ou menos adequado, sendo que o valor elevado desta escala denuncia um auto-conceito negativo e a presença de um sentimento de se ser incompreendido; orientação para os valores das classes sócio-económicas inferiores, como um índice que avalia o receio do fracasso, a orientação para o “gang”, a valorização da dureza e o desejo precoce de um estatuto de adulto; autismo, que avalia a maior ou menor tendência para distorcer a realidade em função dos próprios desejos e necessidades; alienação, referente ao afastamento relativamente aos outros, particularmente no que respeita a figuras de autoridade; agressividade manifesta, associada à percepção de certos sentimentos e emoções como a cólera e a frustração, com clara tendência para o indivíduo facilmente emitir respostas em função dessas emoções; retirada, como indicador de uma tendência para o isolamento e para a fuga passiva, num registo de fictícia satisfação consigo e com os outros; ansiedade social, com manifestação da presença de um desconforto relativo às relações inter-pessoais e de sensibilidade à crítica; recalçamento, reflectindo uma exclusão de sentimentos e de emoções, bem como uma possível incapacidade em identificá-los; e recusa, relativamente à dificuldade de reconhecimento e de gestão das contrariedades do quotidiano. Repare-se na variedade de definições de Psicopatia, bem como na diversidade de critérios de diagnóstico e de parâmetros de avaliação concebidos por díspares autores. Atente-se, também, ao facto de se encontrar uma predominância de factores individuais na caracterização da perturbação. Efectivamente, diferentes análises ao comportamento evidenciado por sujeitos diagnosticados com Psicopatia têm-se focalizado em aspectos diversos mas igualmente individuais, como os factores genéticos (Carey e Goldman, 1997; Mednick, Gabrielli e Hutchings, 1983), os neurobiológicos (Ferris e Vries, 1997), os neuroquímicos (Berman, Kavoussi e Coccaro, 1997), os psicofisiológicos (Raine, 1997) e os psicológicos (Dodge, Pettit, McClaskey e Brown, 1986; Yochelson e Samenhow, 1976), especialmente no âmbito da personalidade criminal (Eysenck e Eysenck, 1970; Le Blanc, 1997), a par de aspectos que se desviam da esfera individual, como os sociológicos (Sutherland, Cressey e Luckenbill, 1992; Hirschi, 2002). Assim sendo, pode depreender-se que a Psicopatia acaba por ser alvo de díspares interpretações, em função do país, das respectivas leis e “tradições” científicas (Gonçalves, 1999; 2008). Não obstante, nas diferentes abordagens verifica-se a inclusão de certas características que ligam a perturbação à prática criminosa. Às múltiplas definições de Psicopatia, juntem-se os diferentes factores explicativos sobre a sua origem, entre os quais se encontram explicações de carácter genético (Cadoret, Leve e Devor, 1997), neurológico (Raine, Brennan, Mednick e Mednick, 1996), resultantes da interacção entre genes e meio (Cadoret, Trounghton, Bagford e Woodworth, 1998), atribuídas às interacções familiares (Hoeve, Blokland, Dubas, Loeber, Gerris e Van der Laan, 2008), relacionadas com os níveis de neurotransmissores (Moore, Scarpa e Raine, 2002), com factores de cariz social (Baumer e Gustafson, 2007; Cernkovich, Lanctôt e Giordano, 2008), bem como com tantos outros factores que, efectivamente, não podem considerar-se determinantes, ainda que contribuam para o desenvolvimento de um tal registo de funcionamento.

## 4. NOTAS CONCLUSIVAS

Em suma, pode afirmar-se que existem situações em que o delito é executado por indivíduos que padecem de psicopatologia, nomeadamente de Psicopatia. Contudo, é fundamental ter em conta que a presença de Psicopatia no indivíduo é, certamente, atravessada por outras variáveis que terão, também, concorrido para a adopção de comportamentos criminosos. Por outro lado, o delito não ocorre exclusivamente entre indivíduos portadores de Psicopatia, além de que nem todos os sujeitos diagnosticados com essa perturbação cometem, forçosa e necessariamente, actos criminosos. É igualmente importante ter em atenção que o diagnóstico de Psicopatia não implica a irresponsabilidade penal do indivíduo pelo acto praticado, sendo de salientar que, na maioria das vezes, o ofensor com Psicopatia é responsabilizado legalmente pelas suas acções.

Das díspares abordagens à Psicopatia é possível retirar uma multiplicidade de factores implicados no fenómeno, sendo imperativa a consideração de factores individuais que, atravessados por elementos externos ao indivíduo, concorrem para a instalação e desenvolvimento de um tal modo de funcionamento. De salientar que a história evolutiva do conceito se apresenta recheada da procura de determinantes que se revelam falaciosos, não sendo possível identificar um factor etiológico. Assim, entre a visão médico-psiquiátrica e a tipificação comportamental atribuída pelo sistema jurídico-legal ao comportamento criminoso, existe uma multiplicidade de elementos interactivamente implicados que, ao que parece, devem considerar-se de forma integradora nas abordagens à Psicopatia. Não obstante, nos diferentes pontos de vista dos díspares autores, encontrar-se-ão elementos que parecem convergir, como é o caso da presença de uma predisposição temperamental que, não sendo determinante, pode abarcar as componentes biológica, psicológica e social. Uma tal tendência temperamental será também afectada por todo o processo de desenvolvimento do sujeito, de estruturação da sua personalidade, nomeadamente, em termos de socialização, na qual se poderá incluir o estilo relacional e de afectos a que o indivíduo terá sido exposto desde tenra idade. Assim, é essencial um registo de busca holística e integral do modo de funcionamento gerado e, simultaneamente, gerador dos aspectos subjacentes à Psicopatia e às características mais frequentemente manifestadas por estes indivíduos.

## BIBLIOGRAFIA

**AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION.** (1980). *DSM-III. Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. Washington D C, American Psychiatric Association.

**AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION.** (2002). *DSM-IV-TR. Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (5ª Ed.; J. Almeida, Trad.). Lisboa, Climepsi Editores. (Original publicado em 2000).

**BAUMER, E. E GUSTAFSON, R.** (2007). Social organization and instrumental crime: Assessing the empirical validity of classic and contemporary anomie theories. *In: Criminology*, 45, Nº 3, pp. 617-663.

**BERMAN, M.; KAVOUSSI, R. E COCCARO, E.** (1997). Neurotransmitter correlates of human aggression. *In: Stoff, D.; Breiling, J. e Maser, J. (Eds.). Handbook of antisocial behaviour*. Oxford, John Wiley and sons, pp. 305-313.

**BLAIR, J.; MITCHELL, D. E BLAIR, K.** (2005). *The psychopath: Emotion and the brain*. San Francisco, Blackwell Publishing.

**BORN, M.** (2005). *Psicologia da delinquência* (M. Boléo, Trad.). Lisboa, Climepsi. (Original publicado em 2003).

- BRATUS, B.** (1990). *Anomalies of personality*. San Francisco: CRC Press.
- CADORET, R.; LEVE, L. E DEVOR, E.** (1997). Genetics of aggressive and violent behavior. *In: Psychiatric Clinics of North America*, 20, Nº 2, pp. 301-322.
- CADORET, R.; TROUGHTON, E.; BAGFORD, J. E WOODWORTH, G.** (1990). Genetic and environmental factors in adoptee antisocial personality. *In: European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 239, Nº 4, pp. 231-240.
- CAREY, G. E GOLDMAN, D.** (1997). The genetics of antisocial behavior. *In: Stoff, D.; Breiling, J. e Maser, J. (Eds.). Handbook of antisocial behaviour*. Oxford, John Wiley and sons, pp. 243-254.
- CERNKOVICH, S.; LANCTÔT, N. E GIORDANO, P.** (2008). Predicting adolescent and adult antisocial behaviour among adjudicated delinquent females. *In: Crime and Delinquency*, 54, Nº 1, pp. 3-33.
- CORDEIRO, J.** (2003). *Psiquiatria forense*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- DODGE, K.; PETTIT, G.; MCCLASKEY, C. E BROWN, M.** (1986). Social competence in children. *In: Monographs of the Society for Research in Child Development*, 51, Nº 2, pp. 1-85.
- EYSENCK, H. E EYSENCK; S.** (1970). Crime and personality: an empirical study of the three factor theory. *In: British Journal of Criminology*, 10, pp. 225-239.
- FERRIS, C. E VRIES, G.** (1997). Ethological models for examining the neurobiology of aggressive and affiliative behaviors. *In: Stoff, D.; Breiling, J. e Maser, J. (Ed.). Handbook of antisocial behaviour*. Oxford, John Wiley and sons, pp. 255-268.
- GONÇALVES, R.** (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (3ª Ed.). Coimbra, Quarteto Editora.
- GONÇALVES, R.** (1999). *Psicopatia e processos adaptativos à prisão*. Braga, Centro de Estudos em Educação e Psicologia do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- GUN, J.** (2003). Psychopathy: An exclusive concept with moral overtones. *In: Millon, T.; Simonsen, E.; Birket-Smith, M. e Davis, R. (Eds.). Psychopathy: Antisocial, criminal, and violent behaviour*. New York, Guilford Press, pp. 32-39.
- HARE, R.** (1985). *Psychopathy check-list revised*. Canadá, Psychology Department University of British Columbia.
- HARE, R. E NEWMANN, C.** (2007). The PCL-R assessment of psychopathy. Development, structural properties, and new directions. *In: Patrick, C. (Ed.). Handbook of psychopathy*. New York, Guilford Press, pp. 58-88.
- HARE, R.; COOKE, D. E HART, S.** (1999). Psychopathy and sadistic personality disorder. *In: Millon, T.; Blaney, P. e Davis, R. (Eds.). Oxford textbook of psychopathology* (2ª Ed.). New York, Oxford University Press, pp. 555-584.
- HART, S. E HARE, R.** (1997). Psychopathy: Assessment and association with criminal conduct. *In: Stoff, D.; Breiling, J. e Maser, J. (Eds.). Handbook of antisocial behaviour*. Oxford, John Wiley and sons, pp. 22-35.
- HERVÉ, H.** (2006). Psychopathy across the ages: a history of the Hare psychopath. *In: Hervé, H. e Yuille, J. (eds.). The psychopath. Theory, research, and practice*. United Kingdom, Routledge, pp. 31-56.
- HIRSCHI, T.** (2002). *Causes of delinquency. (With a new introduction by the author)*. New Jersey, Transaction Publishers.
- HODGINS, S.** (2006). Crime, comportamento anti-social e esquizofrenia: um tema descuidado. *In: Fonseca, A.; Simões, M.; Simões, M. e Pinho, M. (Eds.). Psicologia forense*. Coimbra, Edições Almedina, pp. 137-172.
- HOEVE, M.; BLOKLAND, A.; DUBAS, J.; LOEBER, R.; GERRIS, M. E VAN DER LAAN, P.** (2008). Trajectories of delinquency and parenting styles. *In: Journal of Abnormal Child Psychology*, 36, Nº 2, pp. 223-235.
- IRIA, C. E BARBOSA, F.** (2008). *Psicopatas criminosos e não criminosos. Uma abordagem neuropsicológica*. Porto, Livpsic.

- JOHNSTONE, L. & COOKE, D. J.** (2002). Psicopatologia dos pais e comportamento anti-social dos filhos. *In: Fonseca, A. (Eds.). Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica.* Coimbra, Livraria Almedina, pp. 317-343.
- JOHNSTONE, L. & COOKE, D. J.** (2006). Traços de psicopatia na infância: operacionalização do conceito e sua avaliação. *In: Fonseca, A.; Simões, M.; Simões, M. e Pinho, M. (Eds.). Psicologia forense.* Coimbra, Edições Almedina, pp. 401-436.
- KAPLAN, H.; SADOCK, B. E GREBB, J.** (2003). *Compêndio de psiquiatria. Ciências do comportamento e psiquiatria clínica* (7ª Ed.; D. Batista, Trad.). São Paulo, Artmed Editora. (Original publicado em 1994).
- LAHEY, B. E LOEBER, R.** (1997). Attention-Deficit/Hyperactivity Disorder, Oppositional Defiant Disorder, Conduct Disorder, and adult antisocial behavior: A life span perspective. *In: Stoff, D.; Breiling, J. e Maser, J. (Eds.). Handbook of antisocial behaviour.* Oxford, John Wiley and sons, pp. 51-59.
- LE BLANC, M.** (1997). A generic control theory of the criminal phenomenon: the structural and dynamic statements of an integrative multilayered control theory. *In: Thornberry, T. (Ed.). Developmental theories of crime and delinquency.* London, Transaction Publishers, pp. 215-286.
- LYKKEN, D.** (1995). *The antisocial personalities.* United Kingdom, Routledge.
- LYKKEN, D.** (2007). Psychopathic personality. The scope of the problem. *In: Patrick, C. (Ed.). Handbook of Psychopathy.* New York, Guilfords Press, pp. 3-13.
- MEDNICK, S.; GABRIELLI, W. E HUTCHINGS, B.** (1983). Genetic influence in criminal behaviour: Evidence from adoption cohort. *In: Van Dusen, K. e Mednick, S. (Eds.). Prospective studies of crime and delinquency.* New York, Springer, pp. 39-56.
- MOORE, T.; SCARPA, A. E RAINE, A.** (2002). A meta-analysis of serotonin metabolite 5-HIAA and antisocial behaviour. *In: Aggressive Behavior*, Nº 28, pp. 299-316.
- NEDOPIL, N.; HOLLWEG, M.; HARTMANN, J. E JASER, R.** (1998). Comorbidity of psychopathy with major mental disorders. *In: Cooke, D.; Forth, A. e Hare, R. (Eds.). Psychopathy: Theory, research and implications for society.* New York, Springer, pp. 257-268.
- PRATT, J.** (1997). *Governing the dangerous: Dangerousness, law and social change.* Australia, Federation Press.
- PRINS, H.** (1980). Offenders, deviants, or patients? Na introduction to the study of social-forensic problems. London, Taylor & Francis.
- RAINE, A.** (1997). Antisocial behaviour and psychophysiology: A biosocial perspective. *In: Stoff, D.; Breiling, J. e Maser, J. (Eds.). Handbook of antisocial behaviour.* Oxford, John Wiley and sons, pp. 289-304.
- RAINE, A.; BRENNAN, P.; MEDNICK, B. E MEDNICK, S.** (1996). High rates of violence, crime, academic problems, and behavioral problems in males with both early neuromotor deficits and unstable family environments. *In: Archives of General Psychiatry*, 53, Nº 6, pp. 544-549.
- ROESCH, R.** (2006). Responsabilidade criminal e competência para participar no próprio julgamento. *In: Fonseca, A.; Simões, M.; Simões, M. e Pinho, M. (Eds.). Psicologia forense.* Coimbra, Edições Almedina, pp. 173-201.
- ROTGERS, F. E MANIACCI, M.** (2005). Antisocial personality disorder. An introduction. *In: Rotgers, F. e Maniacci, M. (Eds.). Antisocial personality disorder. A practitioner's guide to comparative treatments.* New York, Spriger Publishing Company, pp. 1-7.
- SHINE, K.** (2000). *Psicopatia* (F. Ferraz, Trad.; 3ª Ed.). São Paulo, Casa do Psicólogo. (Original publicado s/d).
- SMITH, C. A. E FARRINGTON, D. P.** (2004). Continuities in antisocial behavior and parenting across three generations. *In: Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45, Nº 2, pp. 230-247.
- SUTHERLAND, E.; CRESSEY, D. E LUCKENBILL, D.** (1992). *Principles of criminology* (11ª Ed.). Lanham, Rowman Altamira.

WIDIGER, T. E CORBITT, E. (1997). Comorbidity of Antisocial Personality Disorder with other Personality Disorders. In: Stoff, D.; Breiling, J. e Maser, J. (Eds.). *Handbook of antisocial behaviour*. Oxford, John Wiley and sons, pp. 75-82.

YOCHELSON, S. E SAMENHOW, S. (1976). *The criminal personality*. London, Jason Aronson.